




DO COLONIAL AO CONTEMPORÂNEO: UMA RELEITURA DA OBRA DE ROGER BASTIDE E FLORESTAN FERNANDES PARA REPENSAR A MEMÓRIA AFRO-PAULISTANA

FROM COLONIAL TO CONTEMPORARY: A REINTERPRETATION OF THE WORK OF ROGER BASTIDE AND FLORESTAN FERNANDES TO RETHINK AFRO-SÃO PAULO MEMORY

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.20307>

Claudelir Correa Clemente

Universidade Federal de Uberlândia

 <https://orcid.org/0000-0001-5126-6704>
claudelirufu@gmail.com

Recebido em 29 de fevereiro de 2024

Aprovado em 18 de maio de 2024

RESUMO: Na pretensão de compor e subsidiar o debate contemporâneo dos movimentos negros e da pesquisa científica sobre a memória afro-paulistana, este artigo revisita a obra *Branços e negros em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes, na versão de 1959, e, por meio de suas fontes, busca evidenciar aspectos relevantes da etnicidade e dos modos de ser, agir e conviver de africanos e afro-brasileiros que foram escravizados na cidade São Paulo entre os séculos XVI e XIX.

ABSTRACT: With the aim of composing and contributing to the contemporary debate on black movements and scientific research on São Paulo African memory, this article revisits the work *Whites and Negroes in São Paulo* by Roger Bastide and Florestan Fernandes (1959), and, through its sources, seeks to highlight relevant aspects to ethnicity and ways of being, acting, and coexisting of Africans and African Brazilians who were enslaved in the city of São Paulo between the 16th and 19th centuries.

Palavras-chave: Memória, Escravizados, Etnicidade, Culturas afro

Key words: Memory, Enslaved, Ethnicity, African cultures

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas estão assentes na análise de fontes, documentos e etnografias que foram consultados por Roger Bastide e Florestan Fernandes para realização da obra *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, que teve a primeira edição em 1955; para este artigo, no entanto, leu-se a segunda edição, que data de 1959. Reconhece-se essa obra como uma das poucas fontes que tratam da presença negra na cidade de São Paulo, desde os primeiros anos de colonização.

As motivações para escrever este artigo surgiram em incursões antropológicas realizadas entre 2018 e 2023 em atividades de coletivos afro-paulistanos, cuja luta pela memória afro espraia-se pela cidade. Pude acompanhá-las a partir de ações empreendidas em dois bairros da capital paulista: Penha de França, na zona leste da cidade, onde fica a Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França; e Bixiga, na zona central, local da recente descoberta do Quilombo Saracura e onde nasceu a Escola de Samba Vai-Vai.

A grande problemática para estes coletivos é que, neste século XXI, a questão da presença afro no período colonial paulistano é questionada, na sua existência e na sua validade, nos círculos de investidores que cobiçam principalmente as áreas nobres da capital. Há em curso uma série de narrativas e ações que buscam destituir as populações negras do direito de morar e conviver em bairros paulistanos de classe média e alta. Isso se assevera em espaços que concentram grupos mais organizados de expressões afro-brasileiras significativas para a heterogeneidade cultural da cidade e em locais onde foram feitas descobertas de bens materiais e imateriais que denotam a origem negra de São Paulo.

Nos últimos anos, em territórios devassados por grandes projetos metroviários e imobiliários, um conjunto de vestígios materiais de africanos e afro-brasileiros escravizados no período colonial tem sido desenterrado.

Contrariando as elites empresariais, que apostavam num apagamento irreversível das culturas negras ancestrais da memória paulistana, eis que seus resquícios se apresentam à luz da contemporaneidade em bairros da capital paulista. É o caso do supracitado bairro do Bixiga, no qual foram encontrados vestígios

do Quilombo Saracura¹ em meio às obras de uma nova linha do Metrô, projeto liberado pelo grupo transnacional Acciona. Concomitantemente a esse importante achado quilombola, outro símbolo afrocultural foi apagado no bairro: a sede de uma das mais tradicionais escolas de samba paulistanas, a Vai-Vai, demolida em 2021 para dar lugar a uma estação da nova linha metroviária. No vizinho bairro da Liberdade, durante as escavações de um empreendimento imobiliário, em 2018, foram encontradas ossadas dos tempos de escravidão, o que comprova a existência do Cemitério dos Aflitos², até então conhecido apenas por meio de documentos.

Mesmo diante de evidências que certificam a presença negra na São Paulo Colonial, o racismo perpetrado pelos setores mais abastados da sociedade paulistana manifesta-se em estratégias e narrativas de não reconhecimento desses bens enquanto patrimônio municipal e estadual. É possível observar, em 2024, uma morosidade explícita dos órgãos públicos municipais e estaduais, e mesmo inércia no registro desse patrimônio e em demais ações políticas e educativas para salvaguardar o espólio negro na capital paulista. Também se observa uma exacerbada visão eurocêntrica e etnocêntrica de certos quadros profissionais que atuam no patrimônio cultural lotados ou de prestadores de serviços em órgãos com sede na capital paulista, sejam municipais, sejam estaduais, sejam federais.

Por parte desses quadros, há sempre ênfase no reduzido contingente populacional negro no período colonial paulistano, sem, contudo, que se aponte quanto era igualmente reduzido o contingente de brancos portugueses ou de outros países da Europa que viviam então na cidade.

Sabe-se, histórica e cientificamente, que São Paulo é terra indígena (MONTEIRO, 1994; DOS SANTOS, 1998) e que africanas e africanos foram escravizados nessa capital. Bens culturais dessas populações compõem o patrimônio de São Paulo.

Ademais, não se questiona tecnicamente o patrimônio deixado pelas culturas europeias, historicamente mais valorizado. Consequentemente, esse con-

1 (SILVA, 2023). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quilombo-saracura-a-busca-pela-preservacao-das-memorias-encontradas-nas-obras-do-metro-em-sao-paulo>. Acesso em: 21 jul. 2020.

2 (REIS, 2018) [on-line]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/06/arqueologos-encontram-ossadas-da-epoca-da-escravidao-em-terreno-no-centro-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 27 abr. 2024.

texto aumenta as dificuldades da população organizada para conseguir o registro e o tombamento dos bens culturais indígenas, africanos e o afro-brasileiros.

Na cidade de São Paulo, esse fenômeno se deve a um apagamento constante: das origens africanas; das culturas afro; do processo de escravização pelo qual passaram negras e negros; e da memória e do patrimônio afro. Na contemporaneidade, há, por parte dos movimentos e diversos segmentos da população negra, uma busca por reconhecimento do seu patrimônio cultural, ao qual é atribuído sentido identitário.

Por isso, revisitar a obra de Bastide e Fernandes, depois de quase 70 anos de sua primeira publicação, e deter-se sobre suas fontes tem como um dos objetivos fomentar um campo reflexivo com informações antropológicas e históricas para ser usadas pelos movimentos sociais negros que lutam pela memória afro da cidade de São Paulo.

Buscou-se fazer uma releitura afrocentrada, orientada pela produção intelectual africana e afro-brasileira contemporânea. Notadamente, das contribuições africanas, as teorias do antropólogo costa-marfinense, de ascendência Akan, Georges Niangoran-Bouah (1978) e do historiador costa-marfinense Pierre Kipré (2010) apresentam um conjunto de estudos que buscam captar a visão interna africana, o que, para a escrita deste artigo, foi de suma importância, permitindo destacar a grande relevância dos povos Akan e Gã para a compreensão das etnias que contribuíram para a formação do Brasil.

Neste artigo, pretende-se ir além do sistema de classificação étnica colonial, que se baseia nas regiões africanas de procedência dos escravizados – Angola, Benguela, Guiné e Mina.

Acerca da intelectualidade afro-brasileira, recorreremos aos pensamentos de Beatriz do Nascimento (2021), Clóvis Moura (2021) e Lelia Gonzalez (1979), por suas perspectivas afrocentradas e decoloniais e por reforçarem a importância da resistência negra, criadora de quilombos e de formas de aquilombamento desde tempos imemoriais, seja no continente africano pré-colonial, seja no Brasil.

Beatriz do Nascimento abriu as miradas deste artigo com sua reflexão genuína sobre a invisibilidade negra na historiografia brasileira. Certa vez, ela comentou em uma entrevista:

“A história do Brasil foi escrita por mãos brancas. Tanto o negro quanto o índio não têm sua história escrita, ainda. Isso é um problema muito sério, porque a gente frequenta universidade, frequenta escola, e não temos uma visão correta

do passado do negro”³.

Essa invisibilização do negro e do índio nas pesquisas históricas, como afirma Nascimento, também incomodou Bastide e Fernandes (1959), como veremos adiante, pois a historiografia consultada, à época, não apresentava informações precisas sobre a importação de africanos nos primeiros 50 anos do descobrimento.

Um segundo objetivo que orienta as análises deste artigo é provocar o debate científico em torno da presença de africanos na cidade de São Paulo, em especial nos períodos quinhentista e seiscentista. Sobre essa época, são escassas as pesquisas históricas e, sobretudo, antropológicas que aprofundam reflexões sobre as origens étnicas dos povos africanos escravizados em solo paulistano.

Portanto, revisitar a obra de Bastide e Fernandes (1959), dando atenção às suas fontes, possibilita o encontro de informações significativas sobre a presença de africanos escravizados e seus descendentes no território paulistano dos séculos XVI ao XIX.

As origens africanas da cidade de São Paulo

Já no início do capítulo I de *Branços e negros*, Bastide e Fernandes (1959, p. 1) afirmam:

É impossível precisar a época em que se iniciou a importação do braço negro em São Paulo. Presume-se que os primeiros africanos vieram para o Brasil entre 1516 e 1526. No entanto, só a partir dos meados do século XVII principiou o afluxo regular e constante de africanos para a Colônia.

Mauricio Goulart (1975, p. 95), que é a fonte consultada por esses autores, salienta:

Quem trouxe os primeiros africanos para o Brasil e quando, com exatidão, isso se deu, são problemas que a investigação histórica, à mingua de documentos, não elucidou ainda, e, quiçá, nunca elucidará. Mas, talvez não erre muito quem faça coincidir a entrada dos primeiros negros com a fabricação de açúcares no Brasil.

Foi na condição de escravizadas que as populações africanas conheceram a perversidade da colonização europeia que as racializou como negras e as lan-

3 (RESÍDUO, 2023). Série documental, episódio 1. Trecho disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxkBDmWi_xM. Acesso em: 27 abr. 2024.

çou além-mar, em navios negreiros, sequestrando-as majoritariamente para as Américas:

[...] em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objecto, homens-mercadorias e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando de ter nome ou língua própria (MBEMBE, 2017 p. 12).

É sob esse contexto macabro que algumas fontes consultadas para escrita do presente artigo indicam que já no século XVI havia africanos em São Paulo. Eram pessoas importadas da África Ocidental pela família Schetz de Antuérpia (MONTEIRO, 1994). Tudo aponta para a presença na cidade de um ou outro membro de povos de culturas milenares, sendo mais provavelmente advindos dos reinos de Akan, Mandingo e Angolares⁴ (DAVEAU, 1962; NIANGORAN-BOUAH, 1978; KIPRÉ, 2010).

No século XV, os dois primeiros reinos estariam localizados na região que ficou conhecida como Costa da Mina, e os Angolares na ilha de São Tomé e Príncipe, localizados no Golfo da Guiné. Região explorada por portugueses e demais europeus, como a já citada família Schetz de Antuérpia, pois como os demais nobres europeus “[...] estavam imbricados nas redes mercantis que envolviam Portugal e seus espaços ultramarinos desde fins do século XV”, como aponta Vilaradaga (2022, p. 185).

De acordo com Kipré (2010 p. 362), na costa atlântica africana:

De 1471 a 1480, a região que vai do cabo Palmas à foz do Volta foi explorada pelos portugueses, que entraram em contato com as populações locais; já em 1481 começaram a construir o forte de São Jorge da Mina (Elmina), que lhes garantiu o controle efetivo sobre o comércio costeiro.

O comércio de escravizados em direção ao Brasil teria começado nesse local. Mas, o tráfico mais significativo ocorreu a partir do século XVII, quando a cidade de São Paulo se tornou negra. A polvorosa dos paulistas em torno das minas de ouro supostamente descobertas por Afonso Sardinha, que morava próximo ao rio Pinheiros (VILARDAGA, 2013), foi um dos fatos que abriram as negociações

4 É a denominação corrente entre os séculos XV e XIX para identificar grupo de africanos e africanas que se insurgiram contra a escravidão na atual ilha de São Tomé e Príncipe, arquipélago do Golfo da Guiné. Há, porém, outras versões que podem ser verificadas em Suzanne Daveau (1998).

que promoveriam a vinda de africanos para a capital. Bastide e Fernandes (1959, p. 7) confirmam este tornar-se negro paulista: “É pelos fins do século XVII, com a localização de minas auríferas pelos paulistas, que começa a se formar o primeiro fluxo regular e apreciável de escravos negros para estas regiões”.

Goulart (1975, p. 137), uma das fontes desses autores, ressalta:

Também em S. Paulo a situação era de penúria de africanos, como confessava em 1713 o governador da capitania, D. Braz Baltazar da Silveira, endossando junto ao rei o pedido dos moradores: “...pretendem que V. M. lhes faça a mercê de permitir que à Vila de Santos venham em direitura navios de Angola e Cabo Verde com escravos de que necessitam, assim para o serviço das lavouras como para as minas”.

No século XVII, a Costa da Mina era a região provedora do comércio de escravizados. Esse perfil foi ampliado devido às disputas entre as nações europeias por esse local, que acabou subdividido em Costa do Ouro, Costa dos Escravos e demais “costas”, conforme demonstra o mapa.

Mapa - Costa da Guiné no século XVII.



Fonte: Práticas Religiosas da Costa da Mina/Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA.

O tráfico de escravos teve grande impacto sobre os povos e culturas africanas. Como destacou Mbembe (2017, p. 12), essas pessoas “[...] passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando de ter nome ou língua”. Ou seja, nos mercados de escravos instalados na proximidade do litoral africano elas tiveram suas origens desmerecidas. Foram classificadas de acordo com a perspectiva ocidental que lhes conferiu origens vinculadas aos lo-

cais onde foram mantidos em cativeiros – por isso os termos de procedência de escravizados Angola, Benguela, Guiné, Mina, que se referem ao porto ou à região de captura e venda de africanos. Depois de um tempo nesses locais, essas pessoas eram transportadas em condições subumanas para o Brasil, sendo então escravizadas.

Nesse sentido, para além das denominações ocidentais que identificaram os escravizados, a costa atlântica africana, desde tempos imemoriais, atraiu uma pluralidade de sociedades de culturas singulares. Entre elas, o cultivo da mobilidade é algo antigo, configurando-se um dos preceitos que norteiam as experiências socioculturais africanas.

No contexto pré-colonial muitos povos africanos migravam e se instalavam por longos períodos nessa região. Entre eles destacam-se aqueles que se encontravam na costa atlântica no período colonial cujos membros foram capturados e escravizados na mineração do Sudeste brasileiro, incluindo a cidade de São Paulo.

Assim, muitos escravizados classificados de forma genérica como “escravo mina” ou “negro mina”, podem pertencer a povos que estavam nas regiões litorâneas da África entre os séculos XVI e XVII, constatamos que neste período povoavam a região os povos Akan (PERSON, 2010, KIPRÉ, 2010) e Gã, que no Brasil foram vulgarmente identificados pelos brancos europeus como “escravos mina”.

A sociedade Akan, que atualmente é um grupo étnico significativo em países como Costa do Marfim e Gana, merece aqui um breve destaque. Conhecidos pelo culto ao ouro, os akan acumulavam muitos conhecimentos sobre esse metal precioso, tendo contribuído para o sucesso da mineração brasileira. Desde que os portugueses se instalaram na Costa Mina, no século XV, os akan negociavam com eles⁵, mas também foram por eles escravizados. De acordo com o antropólogo africano Niangoran-Bouah (1978, p. 127), para a sociedade Akan o ouro “[...] é o metal dos metais, ele é mais nobre, inalterável e eterno (...Encontrar ouro na natureza é um feliz presságio”⁶ (NIANGORAN-BOUAH, 1978, p. 127).

Envoltos na limitante designação “escravo mina”, sua contribuição na formação das populações sudestinas foi invisibilizada, porquanto apagados os seus conhecimentos sobre extração do ouro. Sobre esse processo, apontam

5 Sobre esse assunto ver Kipré (2010).

6 Tradução minha.

Bastide e Fernandes (1959, p. 14):

Desde 1706 os negros importados se destinavam, na proporção de 20 para 3, aos trabalhos das minas; eles apenas transitavam por São Paulo, em sua maioria, ou eram negociados por intermediários nas zonas de mineração. Os trabalhos nas minas eram muito rudes, exigindo não só trabalhadores robustos, mas ainda contínua renovação de quadros humanos. Segundo documentos da época, os escravos mais debilitados eram escolhidos para a lavoura, enquanto os mais fortes eram remetidos para os serviços de mineração.

Na p. 14 de *Branco e negro* a nota de rodapé 34 complementa a ideia da citação acima:

Cf: Afonso E. Taunay, *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, pág. 624-626, este autor cita um exemplo: "em Goiás acontecia morrerem 100 escravos no período de um ano, coisa nunca acontecida aos agricultores". Além das próprias condições de trabalho, terríveis e desumanas no começo, alguns autores mencionam a malignidade do clima (cf, F. J. de Lacerda e Almeida, op. cit., pág. 64).

Salienta-se que do contingente africano empregado nas áreas de mineração que se concentraram fora do perímetro de São Paulo, um número significativo para época seria escravizado no município, atuando na agricultura de subsistência e em serviços domésticos.

Do contexto colonial paulistano do século XVIII, marcado pelo trabalho rural e doméstico, há escassas informações quanto à presença africana; algumas estão disponíveis na documentação depositada no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. É o que apontam as pesquisas de Fabiana Schleumer (2011), que aprofundam estudos sobre africanos que são mencionados nos processos-crimes de feitiçaria ocorridos na cidade. Por meio de seu artigo foi possível conjecturar a existência de algumas formas de sociabilidade afro na capital paulista daquele período. Até porque aos escravizados era negada a possibilidade de vida social, de convivências, sendo considerados apenas força de trabalho. Segundo essa autora, é necessário olhar para a São Paulo colonial como

[...] um espaço não somente de práticas e vivências indígenas, como tem afirmado a historiografia tradicional, mas também como centro de elaboração e reelaboração de valores e práticas culturais africanas; áfricas que se criaram e se recriam no bojo da sociedade paulistana colonial (SCHLEUMER, 2011, p. 9).

De fato, no decorrer do século XVIII, o negro se tornou o principal instrumento da produção econômica. Numa passagem, Bastide e Fernandes (1959 p.17) ressaltam:

Quanto à vila de São Paulo, que nos interessa particularmente por ser o próprio campo dos nossos estudos, a documentação revela que se desenvolvera relativamente, beneficiando-se particularmente com o comércio das minas de Goiás e Mato Grosso e com a exploração em escala econômica da produção agrícola e da criação. Em 1766, contaria 833 fogos e possuiria 3.820 habitantes. Os dados relativos a 1777 revelam que a população aumentara, abrangendo 4.409 habitantes, dos quais 2.423 livres (brancos, índios, mestiços e libertos) e 1.986 escravos (africanos e negros crioulos). Em média, cada proprietário possuía de 1 a 5 escravos; mas, alguns possuíam mais do que isso: havia os que tinham de 10 a 30 escravos e notam-se dois que contavam com 51 e com 104 escravos.

A tendência ao aumento da população africana iniciada nos fins daquele século ganhou ímpeto, adentrando o século XIX com intenso crescimento, sobretudo devido à grande lavoura do café e sua surpreendente vitalidade.

O plantel de escravos domésticos dos moradores da cidade continuou crescendo na primeira metade do Oitocentos, especialmente para os proprietários com negócios urbanos e rurais, ou seja, todos os índices indicam que a riqueza dos moradores da capital crescia ao mesmo tempo que se desenvolviam as novas fronteiras agrícolas (ARAÚJO, 2003, p. 127).

O *boom* cafeeiro transformou a cidade de São Paulo num território de grande efervescência, tornando-a, inclusive, centro comercial e bancário que administrava os lucros da grande lavoura.

Devido à decadência dos proprietários agrícolas das províncias do Norte um contingente significativo de sua escravaria seria comprado por cafeicultores paulistas, que também comprariam no mercado ilegal “[...] comboios, que alimentavam com os africanos importados ‘ilegalmente’ pelos traficantes e negociados no mercado do Valongo” (BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 36).

Em tabela elaborada pela historiadora Regiane Mattos (2006 p.103), sobre a origem de africanos batizados na capital paulista, no período de 1800 a 1850, foi identificado um número considerável de pessoas procedentes da Guiné, designação geral para quem vinha da costa atlântica da África e da região Centro-Ocidental do continente.

Os estudos de (ARAÚJO, 2003; MATTOS, 2006) refletem questões discutidas por Bastide e Fernandes (1959, p. 27):

A expansão da “grande lavoura” refletiu-se diretamente na composição da população escrava, provocando, de modo bem nítido a partir do primeiro decênio do século, uma elevação progressiva na importação de escravos negros (crioulos e africanos). Os dados aqui expostos, considerando-se também os relativos a 1797 (cf. pág. 449), permitem registrar que a média de aumento anual da população escrava, com referência ao elemento negro, cresce continuamente, tornando-se esse crescimento verdadeiramente apreciável depois de 1815.

O adensamento da população negra no espaço urbano paulistano, observado na virada do século XVIII para o século XIX, significou a ampliação de formas de convivência social entre escravizados. Sabe-se que o sistema escravista apresentava determinadas regras e limites para essas pessoas, mas o que se constata é que negras e negros paulistanos aprenderam a se mover no interior dessas regras, de modo a criar alternativas de convivência e contestação.

A cidade quilombola

“A visão que o mundo ocidental procurou transmitir da África foi a de um continente isolado e bizarro, cuja história foi despertada com a chegada dos europeus. (...) numerosas foram as formas de resistência que o negro conservou ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica.”

(Beatriz Nascimento)

A grande lavoura de café ampliou o contingente de escravizados no Estado de São Paulo, constituído majoritariamente de africanos e afro-brasileiros adquiridos pelos cafeicultores paulistas de fazendeiros das províncias do Norte. Ao mesmo tempo, observa-se um crescente da resistência quilombola no território paulista. De acordo Clovis Moura (2021), em São Paulo, como em outras capitânias:

Onde quer que o trabalho escravo se estratificasse surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas, quer pela sua ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constitui, do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial. Dessa forma, se o aquilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura. (MOURA, 2021, p. 25-6)

São vários os casos mencionados por Moura de resistência quilombola espalhados pela capitania de São Paulo.

No dia 12 de fevereiro de 1809, o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa, comunicou ao governador, capitão-general Franca e Horta, que os escravos daquela cidade e mais os de Sorocaba, Campinas, Porto Feliz e Itapetininga revoltaram-se, (MOURA, 2021, p. 38) “fustigando os seus senhores e em quilombos e em quadrilhas armados de fleixas e outras armas, atacavam os viandantes, as fazendas, roubando, matando e praticando outros insultos dentro da vila, e até mesmo formaram uma sedição na noite de Natal” (RIBEIRO, 1981 apud MOURA, 2021, p. 38).

É importante considerar que esse tipo de resistência tinha lastro no continente africano. De acordo com Beatriz do Nascimento (2021), na África Centro-Ocidental, porém, já existia entre povo Ibangala, de Angola, a instituição *kilombo*. A historiadora acrescenta: “[...] o acampamento de escravos fugitivos, como quando alguns Ibangala estavam em comércio negreiro com os portugueses, também era *kilombo*” (NASCIMENTO, 2021, p. 157).

Bem perto de Angola, ainda nos primórdios da colonização portuguesa na costa africana, a Ilha de São Tomé e Príncipe foi palco do mais célebre levante contra a escravidão. No século XVI, as “guerras do mato” (SCHMIDT, 2007) oporiam no arquipélago portugueses e os quilombolas angolares. Nascimento (2021), por sua vez, aponta que os portugueses, frente às insurgências nos quilombos – as primeiras em território africano e, depois, mais intensamente no Brasil do século XVII, com Palmares (AL), e do XVIII, com o Quilombo do Ambrósio⁷ (MG) –, definiram a seu modo, em 1740, o significado de quilombo. A saber: “[...] toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (NASCIMENTO, 2021, p. 152).

Para a autora, nisso se encontra, uma interpretação estereotipada de como [se] constituíam os “quilombos”

⁷ Os estudos de Jeremias Brasileiro (2017) demonstram que, por volta de 1726, em Minas Gerais, as terras de Cristais foram ocupadas por escravizados revoltosos, sob a liderança do rei Ambrósio. Àquela época, o município recebia o nome de Meia Laranja. Conta-se que esse quilombo chegou a ter mais de 15 mil negros, tendo sido o maior e o mais duradouro da história mineira. Durante o ataque pela milícia, em 1746, a mando da Coroa de Portugal, o rei Ambrósio foi morto. Os negros sobreviventes fundaram, então, um segundo “Quilombo do Ambrósio”, localizado na divisa de Ibiá e Campos Altos, também em Minas, dizimado em 1759.

[...] reforçam-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis, e dos quilombos como bandos destituídos de caráter político (...) identifica quilombos como refúgios ou valhacoutos de negros, num sentido deveras depreciativo (NASCIMENTO, 2021, p. 110).

Bastide e Fernandes (1959) não aprofundam a questão quilombola, mas tratam da emergência do “protesto negro”, que, neste artigo, é interpretado a partir da perspectiva de Nascimento e Moura, o que nos faz considerá-lo como uma forma de aquilombamento.

O que se sabe por Bastide e Fernandes (1959) é que, na metade do século XIX, a província de São Paulo assistiu paulatinamente à desagregação do regime servil.

Se tomássemos os anos de 1850, em que o tráfico africano foi suprimido efetivamente, e de 1888, em que foi promulgada a abolição do cativo no Brasil, como pontos de referência históricos, seríamos levados a convir que desagregação do regime servil se consumara em menos de quatro décadas (...) se fez ouvir o “protesto negro”, o “não quero” dos escravos. A agitação abolicionista havia atingido as camadas populares e as próprias senzalas, conferindo aos escravos, nos derradeiros anos da existência do regime, uma ação decisiva no solapamento da ordem vigente (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 46).

Muitos dos escravizados que haviam sido comprados das províncias do Norte traziam em suas memórias as lutas e revoltas contra a escravidão. Desde a insurreição malê, em 1835, quando escravos muçulmanos tomaram o centro da cidade de Salvador, em confronto armado com forças policiais (REIS, 1986), as autoridades imperiais e os membros da “boa sociedade imperial” temiam que grandes concentrações de escravos pudessem gerar insurreições de proporções avassaladoras.

São Paulo, não escapou a isso, como constata Bastide e Fernandes (1959, p. 47), “por meio de fugas em massa, ao mesmo tempo que desorganizavam os trabalhos nas fazendas, confundiam e dificultavam a repressão legal.”

Nas fugas muitos deslocavam para o centro urbano paulista, onde lá refugiavam-se. Na metade do século XIX, o centro urbano paulistano,

[...] se circunscrevia a algumas ruas da freguesia da Sé, que era, ao mesmo tempo, a área em que moravam as famílias mais abastadas (em 1872, por exemplo, a metade da escravaria da comarca estava nas mãos dos seus moradores e nada menos de 1.061 escravos eram ocupados em “serviços domésticos”), e em que vivia o maior contingente de pessoas livres da comarca (7.344 indivíduos, sobre 20.213, que residiam nas oito freguesias restantes)(BASTIDE e FERNANDES, 1959, p. 42).

Os poucos e curtos contatos sociais estabelecidos por mulheres e homens escravizados eram tecidos em suas convivências nas idas à rua para cumprir obrigações do trabalho escravo – abastecer as casas de seus escravizadores com gêneros alimentícios, água etc. Nesses deslocamentos também os encontros e as amizades entre negras e negros eram comuns.

De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias (1984, p. 114),

[...] alarmavam os moradores da cidade os contatos, que se estabeleciam, entre escravos fugidos e quilombolas, que desde o início da escravidão urbana existiram nos arredores da cidade, no vale do Anhangabaú, no Bexiga, em Pinheiros, em Santo Amaro e nos matagais, que se entremeavam às áreas mais urbanizadas, um pouco por toda parte.

Assim, nas margens, do centro urbano intensificou-se a vida comunitária entre escravizados o que fez emergir formas de solidariedade entre negras e negros, permitindo novos arranjos sociais. Aquilombando-se as margens do rio Saracura, no atual bairro Bixiga, mas também em regiões longínquas do centro urbano, a exemplo da Freguesia Nossa Senhora da Penha de França, cuja origem remonta à ação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha (1755)

Na interpretação da historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998, p. 16), desde os anos que antecederam a abolição, assim como os que a sucederam, a população negra de São Paulo já sofria preconceito racial.

Um clima acentuadamente discriminatório, uma política de vigilância constante incidiu sobre os escravos, para redobrar-se nos alforriados e negros livres. Os projetos de modernização da cidade previam o afastamento dessas populações do núcleo central, reservando a elas as primeiras áreas periféricas. (WISSENBACH, 1998, p. 16)

Esse projeto de segregação tem suas primeiras investidas ainda no século XIX, na configuração de uma imagem nociva do negro: “Os escravos forros e homens livres negros, juntamente com os escravos fugidos que se abrigavam na cidade e entornos, não eram somente tidos como desordeiros e indisciplinados, mas também potencialmente perigosos” (WISSENBACH, 1998, p. 16).

É nesse contexto de crescimento de processos criminais contra a população afro apontado por Wissenbach (1998) que encontramos mais informações sobre

a condição negra na cidade paulistana. O que abre para este artigo mais algumas fontes que permitem ir além de Bastide e Fernandes (1959) e revelam mais sobre a vida social de negros e negras de São Paulo.

Pelos depoimentos arrolados nos processos criminais, é possível saber singularidades das vidas sociais de africanos e afrodescendentes anos antes da Abolição: os bairros onde moravam, os lugares de que desfrutavam de alguma convivência.

Nesses documentos vislumbra-se a região dessa vivência que na atualidade corresponde a área do canteiro de obras da linha 6 do Metrô no bairro do Bixiga, no distrito da Bela Vista, onde foram encontrados os vestígios arqueológicos do Quilombo Saracura e local da tradicional sede da escola de samba Vai Vai, demolida para dar passagem ao metrô. A área fica aos fundos do Museu de Arte de São Paulo – MASP é cortada pela avenida Nove de Julho onde subterraneamente está canalizado o rio Saracura.

De acordo com Wissenbach este espaço, outrora foi conhecido como bairro Caaguaçu:

Situado no começo da Estrada do Santo Amaro, o bairro Caaguaçu ou altos do Caaguaçu demonstrava, na época, significativa concentração de africanos, alguns forros e outros emancipados durante os anos de 1860. No local que mais tarde passaria a ser chamado de espigão da Paulista e se transformaria em zona nobre, por excelência, da aristocracia cafeeira, em 1872, moravam numa mesma vizinhança: Margarida Azevedo Marques, de nação mina (...) casada com Sabino José da Graça, liberto do Maranhão; Antonio Mina (...); Elias Palhares (...) natural da mesma nação africana. (WISSENBACH, 1998, p. 137)

Em pesquisa de Francisco Scarlato (1988, p. 71), a região também é mencionada como de forte concentração de população negra.

Os negros concentravam-se mais na parte baixa da região da Grota: nas casas de cômodos da Almirante Marques Leão. Segundo relatos encontrados na obra de Ernani Silva Bruno, a região da Grota, desde o período escravagista, já era procurada pelos negros fugitivos, onde chegavam a formar “quilombos”. Essa tradição de lugar de negros marcou a rua Almirante Marques Leao, chegando a ser discriminada por muitos moradores italianos arrivistas.

De acordo Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 15):

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são as moradias amplas situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães mato, capangas etc. (...) Já o lugar natural de negro é o oposto, evidentemente as favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjunto habitacional.

Considerações finais

A obra pioneira *Branços e Negros em São Paulo* de Bastide e Fernandes (1959), já reflete os processos de apagamento da herança africana na cultura paulistana e as tentativas de destituir a negritude de uma humanidade devido seu passado de escravizado.

É possível considerar que o privilégio racial dos brancos é um dos pontos-chave para entender o que se passa, neste ano de 2024, no campo do reconhecimento das atuais lutas negras pela memória e patrimônio cultural afro. Neste sentido, o pensamento de Lélia Gonzalez faz considerações importantes:

[...] em todos os níveis, o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. Ou seja, além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica" (GONZALEZ, 1979, s.n. [mimeo]).

As incursões antropológicas realizadas entre 2018 e 2023, em atividades de coletivos afro-paulistanos cuja luta pela memória afro espraia-se pela cidade, revelaram a existência de resistência negra na atualidade. Buscam conhecer as especificidades do povoamento negro da capital paulista desde o século XVI até o século XIX. Os coletivos aspiram compreender as reais origens étnicas e não se contentam em ter seus ascendentes identificados com locais que serviram de cativeiros da escravidão.

O artigo é parte desta busca, destas aspirações. Ao reler Bastide e Fernandes, almejou dar os primeiros passos numa pesquisa que exigirá muito folego e que não se esgota nesta escrita. No entanto, o objetivo foi provocar o debate científico em torno da presença de africanos na São Paulo Colonial. O debate foi instigado.

Quiçá, novas pesquisas venham preencher as lacunas desta escrita.

Bibliografia

- LACERDA E ALMEIDA, F. J. de. **Diário da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitâncias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e S. Paulo nos anos de 1780 a 1790: Impresso por ordem da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo.** São Paulo, SP: Tipografia de Costa Silveira, 1841.
- ARAUJO, M. L. V. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos.** Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. doi:10.11606/T.8.2003.tde-18012023-160736.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed.1959.
- BRASILEIRO, J. Rei Ambrósio de Minas Gerais e o ofuscamento da história e da memória de um líder quilombola. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, 2017.
- COUCEIRO, L. A.. A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidade entre escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 1, p. 41-82, 2003.
- DAVEAU, S. L'île de São Tomé. **Cahiers d'outre-mer**, [s.l.], n. 57, 15e année, p. 92-95, jan.-mars 1962.
- DIAS, M.; SILVA, O. L. da. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984
- DOS SANTOS, C. J. F.. **Nem tudo era italiano.** São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 1998.
- GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. In: **National Meeting of The Latin American Studies Association**, 8., Pittsburgh, 1979. Mimeografado.
- GONZALEZ, L. & HASENBALG, C. **Lugar de negro** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GOULART, M. A escravidão africana no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975
- KIPRÉ, P. Das lagunas da Costa do Marfim até o Volta. In: NIANE, D. T. (ed.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI.** 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- LEITE, F. **A questão ancestral: África negra.** São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.
- MATTOS, R. A. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné.** Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. EdUESPI, Teresina, 2021.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra **Afrodiaspora**, IPEAFRO, Rio de Janeiro ano 3, n. 6 e 7, 1985

----- . **Uma História Feita por Mãos Negras**. São Paulo, Ed. Zahar, 2021.

NIANGORAN-BOUAH, G. Idéologie de l'or chez les Akan de Côte-d'Ivoire et du Ghana. **Journal des Africanistes**, [s.l.], tome 48, fascicule 1, 1978. L'or dans les sociétés Akan. p. 127-140.

PERSON, Y. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagoas da costa do Marfim. In: NIANE, D. T. (ed.). **História geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010

REIS, J.J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1885)**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SAINT-HILAIRE, A de. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins/Editora da USP, 1972.

SCARLATO, F. C. **O real e o imaginário no Bexiga**: autofagia e renovação urbana no Bairro. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. doi:10.11606/T.8.1989.tde-25102021-132418. Acesso em: 2023-09-13.

SCHLEUMER, F. Recriando Áfricas: presença negra na São Paulo colonial. **Histórica**, São Paulo, v. 46, p. 1-10, 2011.

SCHMIDT, N. Les abolitions de l'esclavage : quelques repères, questions et perspectives. In **Actes du colloque national La traite négrière, l'esclavage et leurs abolitions : mémoire et histoire** 2007

VILARDAGA, J. C. As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 795-815, set. 2013.

----- . O morador, o estante e o proibido: flamengos em São Paulo no contexto da Monarquia Hispânica (1580-1640). **Tempo**, Niterói (RJ), v. 28, n. 2, p. 183-201, maio 2022.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1998.

TAUNAY, A. d'E. . **História da cidade de São Paulo**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

----- . **Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil**. São Paulo: Imesp, 1941.